



Encontro Internacional sobre Gestão  
Empresarial e Meio Ambiente

ISSN: 2359-1048  
Dezembro 2016

## **Gestão Sustentável de Florestas Plantadas: Grupo Suzano (ODS 15)**

**CAMILA ESPEZIO DE OLIVEIRA**  
camila.espezio@yahoo.com.br

## **Gestão sustentável de florestas plantadas: Grupo Suzano (ODS 15)**

### **Resumo**

Nos últimos anos o Brasil passou por ganhos, mas também por reduções florestais, demonstrando a necessidade de fortalecer ações no combate ao desmatamento e promoção de restauração florestal. O objetivo 15 dos ODS trata das metas relacionadas a proteger, recuperar e promover uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade. Entre as metas está a 15.2, que visa promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar o florestamento e o reflorestamento globalmente até 2020. Para auxiliar no cumprimento dessas metas o Brasil estabeleceu em sua NDC a métrica de restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas para múltiplos usos até 2030. Para tanto, irá contar com apoio financeiro internacional proveniente de acordo estabelecido com a Alemanha. Empresas, como a Suzano Papel e Celulose, estão adotando estratégias que podem contribuir significativamente no atingimento das métricas estipuladas, como a criação de Unidades de Conservação, que além de contribuir para os objetivos a longo prazo, também podem beneficiar as empresas caso projetos de lei que modificam o SNUC sejam aprovadas.

**Palavras-chave** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Desmatamento, Reflorestamento, Estratégia empresarial

## **Sustainable management of planted forests: Suzano group (SDG 15)**

### **Abstract**

In recent years Brazil has experienced gains but also forest reductions, demonstrating the need to strengthen actions to combat deforestation and forest restoration. The objective 15 of the SDG proposes targets to protect, restore and promote sustainable use of terrestrial ecosystems, sustainably manage the forests, combating desertification, stop and reverse land degradation and halt the loss of biodiversity. The target 15.2 aims to promote the implementation of sustainable management of all types of forests, stop deforestation, restore degraded forests and increase afforestation and reforestation globally by 2020. In order to achieve these goals Brazil established in its NDC metric to restore and reforest 12 million hectares of forests for multiple uses by 2030 and will rely on support from international financial agreement established with Germany. Companies like Suzano Papel e Celulose, are adopting strategies that can significantly contribute to the achievement of stipulated metrics, such as the creation of protected areas, as well as contributing to the metric in the long term can also benefit businesses if project of bills that modify the SNUC are approved.

**Key words** Sustainable Development Goals, Deforestation, Afforestation, Business Strategy

## 1. Introdução

O desmatamento é hoje um dos principais problemas ambientais que contribui de forma negativa com as mudanças climáticas e prejudica também muitos outros serviços ecossistêmicos. As emissões de carbono provenientes da degradação de florestas tropicais são responsáveis por 8 a 15% das emissões globais anuais de carbono de fonte antropogênica (Chazdon et al, 2016).

A Organização das Nações Unidas (ONU), publicou em 2015 a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável como um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade (ONU, 2015). Essa agenda apresenta 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas que buscam estimular a ação em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta nos próximos 15 anos, entre essas áreas encontra-se o setor florestal, cujas metas estão relacionadas no ODS 15.

O objetivo 15 trata das metas relacionadas a proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade. Entre as metas apresentadas para o setor, a meta 15.2 almeja, até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente, indo de encontro às métricas adotadas pelo Brasil a fim de atingir as metas de redução de emissões.

O Brasil comprometeu-se, em sua *Nationally Determined Contribution* – NDC, a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% até o ano de 2025, contribuindo para manter a mudança de temperatura global abaixo de 2°C (Brasil, 2015). Afim de atingir tais objetivos foram estipuladas metas em diversos setores. Especificamente em relação ao setor Florestal, que segundo o IPCC (2014) caracteriza-se como um setor no qual medidas em grande escala podem convergir para cenários globais consistentes com uma chance “provável” de manter a mudança de temperatura abaixo de 2°C em relação a níveis pré-industriais, uma das métricas adotadas foi a de restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas até o ano de 2030, para múltiplos usos.

Para auxiliar no atingimento dessas métricas o Brasil também realizou acordos internacionais, sendo um deles a declaração conjunta Brasil-Alemanha sobre Mudança do Clima de agosto de 2015, onde foi firmado que a Alemanha apoiará a restauração e o reflorestamento de áreas degradadas por meio de um programa abrangendo 5 milhões de hectares, com empréstimo de até 100 milhões de Euros a taxas de juros reduzidas.

O Brasil é o país que alcançou os mais expressivos resultados na redução de emissões por desmatamento, principalmente em função das reduções das taxas de desmatamento na Amazônia em 82% em um período de 10 anos., de 2004 a 2014 (Brasil, 2015) (Figura 1). Entretanto dados estimados do ano de 2015 mostram um aumento de 16% no desmatamento ilegal comparado a 2014 (INPE, 2015), o que demonstra a necessidade de fortalecer as ações no combate ao desmatamento ilegal e na restauração de florestas.

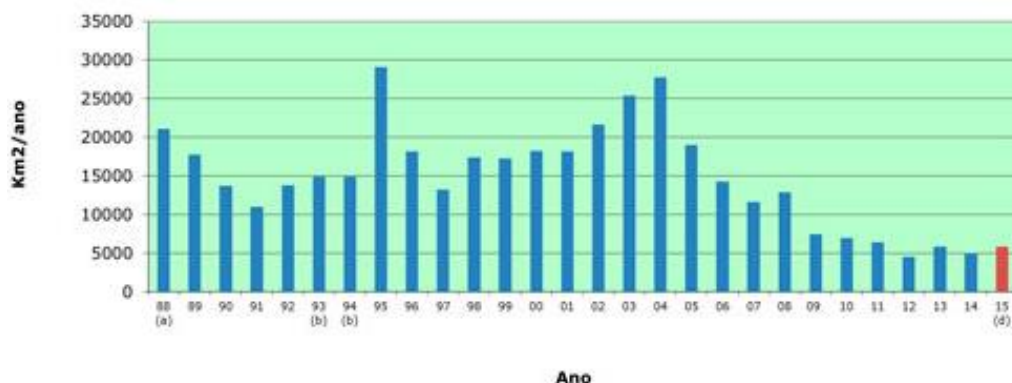


Figura 1: Taxa de desmatamento anual na Amazônia Legal

Fonte: INPE (2015)

A celulose é um dos principais produtos de exportação brasileira e sua produção tem grande influência sobre o desmatamento e reflorestamento no país e no mundo.

Uma das principais produtoras de papel e celulose de eucalipto no mundo é a Suzano Papel e Celulose, objetivo de estudo do presente artigo, com sede no estado de São Paulo e com capacidade de produção de 4,7 milhões de toneladas (Suzano Papel e Celulose, 2014).

Dessa maneira o objetivo desse trabalho é apresentar a situação atual do país frente à restauração de florestas, suas metas no setor florestal e as ações restritivas e propulsoras ao atingimento dessas metas. Ao final será apresentada uma ação realizada pela Suzano Papel e Celulose, a fim de compreender as principais motivações de tal ação e os resultados alcançados em termos de mitigação das mudanças climáticas e conservação de serviços ecossistêmicos, analisando se tais resultados obtidos pela empresa, convergem para o cumprimento da meta assumida na ODS 15 na área florestal e também da métrica estabelecida pelo Brasil em sua NDC.

### 1.1. Conceituação

Para melhor compreensão do trabalho a ser apresentado foram listadas e conceituadas 10 palavras-chave pertinentes ao tema:

- **Florestas:** Áreas com mais de 0,5 hectare, com árvores maiores que 5 metros e cobertura de dossel de mais de 10%, ou com árvores com potencial de atingir tais características *in situ*. Florestas são áreas com a presença de árvores e a ausência de outros usos da terra, portanto não inclui áreas de predominância agrícola (plantações de frutíferas e sistemas agroflorestais) ou urbana. Inclui florestas em parques nacionais, reservas naturais e outras áreas protegidas, tais como as de específico valor científico, histórico, interesse cultural ou espiritual. Inclui também plantações primárias usadas com o intuito de florestamento ou proteção, bem como corredores com áreas de mais de 0,5 hectares e largura de mais de 20 m (FAO, 2005).
- **Desmatamento:** Conversão de florestas para outros usos da terra ou a redução a longo prazo da copa das árvores, cobrindo abaixo do limite mínimo de 10%. O desmatamento implica na perda florestal permanente ou de longo prazo e na transformação para outro uso da terra, como agricultura, pastos, reservatórios de água e áreas urbanas. Tal perda pode ser causada e mantida por uma contínua indução humana ou perturbação natural. O termo exclui áreas onde as árvores foram removidas como resultado da colheita ou extração de madeira, e onde se espera que a floresta se regenere naturalmente ou com ajuda da silvicultura (FAO, 2005).
- **Reflorestamento:** Estabelecimento de plantações florestais em terras temporariamente desmatadas, consideradas como florestas (FAO, 2005). Reflorestamento é a conversão direta induzida pelo homem de terra não-florestal em área florestal por meio de

plantio, semeadura e/ou promoção induzida pelo homem de fontes naturais de sementes em terra que era florestada, mas foi convertida em área não-florestal (UNFCCC, 2013).

- *Florestamento*: Conversão diretamente induzida pelo homem de terreno que não foi floresta por um período de pelo menos 50 anos para floresta, através da plantação, semeadura, ou promoção induzida pelo homem de fontes naturais de sementes (UNFCCC, 2013).
- *Gestão Sustentável*: Ações, projetos e programas direcionados à sustentabilidade. No âmbito florestal, a gestão sustentável contribui para a subsistência, a geração de renda e emprego, ao mesmo tempo em que contribui para serviços importantes, tais como sequestro de carbono e água, solo e conservação da biodiversidade (FAO, 2016).
- *Serviços Ecossistêmicos*: São os benefícios obtidos através dos ecossistemas. Incluem serviços de provisão como alimentos e água, serviços de regulação como controle de inundações e de doenças, serviços culturais como espiritual, recreativo, e benefícios culturais, e serviços de suporte como ciclagem de nutrientes fotossíntese que mantêm as condições de vida na terra (UNEP, 2005)
- *Degradação Florestal*: Mudanças dentro da floresta que afetam negativamente a estrutura ou função de suporte, reduzindo a capacidade de fornecimento de produtos e/ou serviços (FAO, 2005).
- *Biodiversidade*: Variabilidade de organismos vivos de todas as origens, terrestre, marinhos, entre outros ecossistemas e complexos ecológicos dos quais fazem parte. Compreende a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas (FAO, 2005).
- *Restauração*: Recuperação ou reabilitação de ambiente degradado. “Restauração florestal é a ciência, prática e arte de assistir e manejar a recuperação da integridade ecológica dos ecossistemas, incluindo um nível mínimo de biodiversidade e de variabilidade na estrutura e funcionamento dos processos ecológicos, considerando seus valores ecológicos, ambientais e sociais” (SOS Mata Atlântica, 2014).
- *Mudanças Climáticas*: Conjunto de alterações nas condições do clima da Terra pelo acúmulo de Gases de Efeito Estufa emitidos em quantidade excessiva. As mudanças climáticas são um acelerador para a maioria dos riscos ambientais.

## **2. Diagnóstico: Definição do problema**

### **2.1. Descrição da situação presente**

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) considera como floresta as tipologias de vegetação lenhosas, conforme descritas pela FAO (2005), dispostas em área com mais de 0,5 ha, maiores que 5 m de altura e com cobertura de dossel superior a 10%, ou árvores capazes de alcançar estes parâmetros *in situ*.

Os últimos levantamentos apontam que o mundo possui mais de 4 bilhões de hectares de florestas, que correspondem a 30% das terras mundiais (FAO, 2015). O Brasil possui a segunda maior área de floresta do mundo com 463 milhões de hectares de florestas naturais e plantadas, correspondendo a 54,4% do seu território, segundo dados do último levantamento publicado em 2013 com ano base 2011-2012 (SFB, 2013). Dados de 2009 apontam uma área florestal de 516 milhões de hectares, correspondendo a 60,7 % da área total do país (SFB, 2010), assim como dados de 2008 apontam uma área florestal de 524 milhões de hectares, correspondendo a 61,5% da área total do país (SFB, 2009), demonstrando uma redução de 61 milhões de hectares de florestas em um período de 3-4 anos.

Uma parte dessa diferença de áreas florestadas entre 2008 e 2011-2012 ocorre em função do refinamento na escala de mapeamento e não somente por desmatamento (SFB,

2013), contudo o aumento ou manutenção das taxas de desmatamento no país podem mostrar um cenário futuro sem florestas.

O Serviço Florestal Brasileiro define áreas protegidas como “espaços territorialmente demarcados, com a finalidade de preservação ou conservação da natureza e de valores culturais a eles associados”, podendo ser áreas públicas ou privadas. Entre essas áreas de conservação estão as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), que consistem em áreas de preservação privadas que podem ser criadas por vontade própria dos proprietários (SFB, 2013).

As RPPNs brasileiras são 644 ao todo, sendo 574 federais e 70 estaduais, que juntas somam uma área de 392.419 ha (SFB, 2013), o que corresponde a 0,084% das florestas brasileiras no ano de 2011-2012.

Dados apontam reduções das taxas de desmatamento na Amazônia em 82% entre 2004-2014 (BRASIL, 2015), contudo, como já apresentado dados da SFB (2009, 2010 e 2013) mostram que entre os anos de 2008, 2009 e 2011-2012 houve uma redução de cerca de 61 milhões de ha, de florestas naturais e plantadas em todo o país.

## **2.2. Descrição da situação almejada**

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável trazem a meta mundial de até o ano de 2020 implementar uma gestão sustentável de todos os tipos de florestas, afim de deter o desmatamento ilegal, restaurar florestas degradadas, aumentar o florestamento e o reflorestamento. O Brasil apresentou em sua NDC, como contribuição ao atendimento da meta mundial, uma métrica que visa restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas para múltiplos usos até o ano de 2030, tendo então uma margem de 10 anos a mais entre o período estabelecido pela meta mundial, ou seja, caso a métrica estabelecida na NDC seja cumprida de maneira proporcional, até o ano de 2020, 28,57% da métrica já terá sido cumprida, o que equivale a mais de 3 milhões de hectares.

Como auxílio ao cumprimento da métrica estabelecida o Brasil terá apoio externo como e o caso do firmado na declaração conjunta Brasil-Alemanha sobre Mudança do Clima, onde a Alemanha comprometeu-se a apoiar a restauração e o reflorestamento de 5 milhões de hectares de áreas degradadas, através de um empréstimo de até 100 milhões de Euros a taxas de juros reduzidas.

A ajuda da Alemanha é de grande importância, porém não será o suficiente para que o Brasil cumpra sua métrica, mostrando a importância de manutenção e melhoramento de programas e leis pré-existentes de financiamento ou incentivo a recuperação dessas áreas, como o Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651 de 2012), o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa – PLANAVEG, o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura – Plano ABC, entre outras iniciativas governamentais e também privadas como as apresentadas nesse trabalho.

## **3. Análise do campo de forças**

### **3.1. Identificação das forças restritivas que inibem alcançar a situação desejada**

Através da leitura de artigos, notícias, legislações, e outros documentos, foi possível observar que os problemas enfrentados diante da situação atual da gestão de florestas no país estão, muitas vezes, relacionados ao não cumprimento e ao enfraquecimento de leis que acabam por aumentar cada vez mais o desmatamento.

Um exemplo desse problema é a relutância de muitos proprietários rurais em aceitar e cumprir o Código Florestal, instituído pela Lei 12.651 de 2012 que estabelece diversas medidas regulatórias e diretrizes para a proteção e recuperação de florestas. Mais do que isso, a recente alteração do Código Florestal, além de consolidar a anistia em relação ao não

cumprimento da lei até o ano de 2008, descaracteriza as Áreas de Preservação Permanente (APP), reduzindo as áreas de proteção ao longo de rios e corpos d'água, restingas, topo de morros e várzeas, e quase extingue as Reservas Legais (RL), liberando 90% das propriedades rurais da obrigatoriedade de conservação, o que contribui muito para o aumento do desmatamento (Metzger e Lewinsohn, 2010).

Por outro lado, a crescente demanda por produtos oriundos das florestas, ou produtos agropecuários que demandam grandes áreas para sua produção, também agrava o problema do desmatamento. Estimativas apontam que mais de 1,5 bilhões de hectares (12% das terras) no mundo são destinados a produção de *commodities* (FAO, 2015). A figura 2 a seguir mostra a porcentagem de terras distribuídas entre agricultura, florestas e outros usos em cada um dos 5 continentes e no mundo.

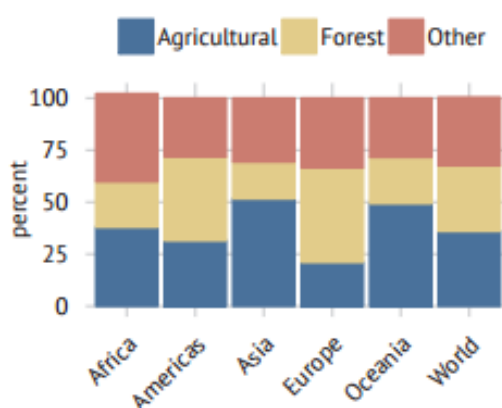


Figura 2: porcentagem de terras distribuídas entre agricultura, florestas e outros usos em cada um dos 5 continentes e no mundo

Fonte: FAO (2015)

Os recursos demandados na recuperação de florestas, sejam estes humanos ou financeiros, são outra força restritiva ao alcance do almejado. Um estudo realizado pelo Instituto Escolhas, por encomenda da Coalizão Brasil, que buscou avaliar quanto custará reflorestar os 12 milhões de hectares estipulados pelo Brasil em sua NDC, mostrou que “para atingir esse patamar, o país deverá desembolsar algo entre 30 a 50 bilhões de reais” (Campanili, 2016). Apesar dos auxílios financeiros externos e internos dos quais o Brasil dispõe, ainda não é o suficiente para que não haja riscos de não cumprimento das metas estipuladas.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), apesar de buscar compatibilizar a conservação de florestas com seu uso sustentável, possui algumas limitações em termos de incentivos fiscais para a criação e manutenção de Unidades de Conservação, o que pode diminuir a criação voluntária de UCs por proprietários de terra, como as RPPNs por exemplo, diminuindo as opções de contribuição desses grandes proprietários de terras para alcançar as metas estipuladas.

### 3.2. Identificação das forças propulsoras que favorecem alcançar a situação desejada

Através da leitura de legislações, notícias, acordos governamentais e da iniciativa privada, foi possível observar que também existem diversas iniciativas que buscam melhorar a gestão florestal no país. Iniciativas governamentais e empresariais estão cada vez mais em evidência, como é o caso, de ações instituídas por leis como a que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), os acordos feitos pelo Brasil com outros países e a criação de Unidades de conservação pelo terceiro setor e por empresas.

Como já citado, restaurar 12 milhões de hectares exige um grande montante de recursos financeiros, e o acordo firmado entre o Brasil e a Alemanha, que conta com auxílio financeiro do país na restauração de 5 milhões de hectares de florestas no Brasil pode ser visto

como fonte propulsora, uma vez que gera recursos para o desenvolvimento de projetos, bem como incentiva a participação de outros países ou outras fontes de recursos.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, instituído pela lei 9.985 de 18 de julho de 2000, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. O SNUC integra as Unidade de Uso Sustentável que têm por objetivo “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” que inclui a categoria de Unidade de conservação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) (Brasil, 2000), apesar do grande potencial em auxiliar a preservação de florestas no país, o SNUC também possui algumas limitações como já citado anteriormente.

A criação de Unidades de Conservação é amplamente apoiada pelo terceiro setor, que desenvolve projetos de restauração de áreas degradadas financiados, muitas vezes, por indústrias, ampliando assim a visibilidade e abrangência desses projetos, propulsionando a criação de mais áreas com a finalidade de conservação.

No âmbito empresarial, iniciativas como a criação de RPPNs por empresas de celulose e papel podem contribuir de forma significativa na recuperação de florestas, se expandida a outros setores e empresas.

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), RPPNs são unidades de conservação em área privada, gravadas com perpetuidade no registro do imóvel, com o objetivo de conservar a diversidade biológica (Brasil, 2000). RPPNs são criadas em função da sua importância para conservação e proteção da biodiversidade e a elas são atribuídos usos permitidos que, segundo o SNUC, constituem atividades de pesquisa científica e visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais.

A criação de RPPNs fortalece o SNUC através do incremento de áreas naturais protegidas. Já para a iniciativa privada, através da conscientização e sensibilização sobre a degradação de florestas nativas, fortalece os programas de certificação, na medida que estabelecem um elevado patamar de conservação para empresas certificadas que exercem ações de proteção a florestas.

#### **4. Prioridades de ação**

Apesar do número crescente de iniciativas que buscam melhorar a gestão de florestas no Brasil, ainda são insuficientes no que se tange ao cumprimento da meta adotada pelo país. É preciso então pensar em outras formas de diminuir os obstáculos e fomentar as iniciativas em busca de atingir a meta estipulada.

##### **4.1. Ações propostas para diminuir as forças restritivas**

A principal mudança necessária a melhora na gestão de florestas seria uma maior fiscalização em relação ao uso e ocupação do solo, através da fiscalização do cumprimento da legislação existente, bem como o fortalecimento de instrumentos de incentivo que instituem mercados, por exemplo, o que ajudaria a impulsionar, entre outros, o mercado de carbono no setor florestal.

O fortalecimento e incentivo a práticas sustentáveis no setor agrícola, bem como a criação de políticas para a pecuária de alto rendimento e a otimização do uso do solo, transformando processos de recuperação de florestas em usos rentáveis seriam outra forma de otimizar a gestão de florestas no país.

Do ponto de vista financeiro é preciso fortalecer parcerias e criar novos acordos com outros países que podem financiar projetos de recuperação de florestas no país. Sobretudo, seria essencial corrigir a atual política de subsídios agropecuários, que concede benefícios públicos sem quaisquer contrapartidas socioambientais dos agentes privados.



O estabelecimento de parcerias público-privadas, que incentivem a criação e manutenção de áreas destinadas a preservação florestal, de maneira a conservar a biodiversidade, por empresas privadas, principalmente aquelas que se beneficiam de matérias primas de origem florestal, seria de grande importância para a aproximação com a meta nacional.

Em relação às limitações do SNUC quanto a falta de incentivos, atualmente está aguardando designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação, o projeto de lei nº 1.548 de 2015, de autoria do ministro do Meio Ambiente em exercício Sarney Filho, que dispõe sobre a criação, gestão e manejo de Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, e dá outras providências. O projeto de lei fortalece o que já existe na atual legislação e tem como objetivo principal tornar mais atraente aos proprietários em geral a criação dessas reservas, através da criação de novos benefícios como a redução de impostos do proprietário em toda a terra (caso a RPPN represente mais de 30% do total da propriedade) e não só na área destinada a RPPN como acontece atualmente (Brasil, 2015).

#### **4.2. Ações propostas para aumentar as forças propulsoras**

A fim de aumentar as forças propulsoras na recuperação de florestas para que seja possível chegar ao cenário almejado diversas ações devem ser tomadas, principalmente em relação ao fortalecimento e dinamização das ações já existentes.

Do ponto de vista financeiro é essencial o fortalecimento e a criação de novos acordos com outros países que podem financiar projetos de recuperação de florestas no país, assim como seria essencial corrigir a atual política de subsídios agropecuários, que concede benefícios públicos sem quaisquer contrapartidas socioambientais dos agentes privados.

Em relação às questões legais, o fortalecimento do código florestal brasileiro através do aumento nas áreas destinadas a reservas legais, por exemplo, bem como o aumento na fiscalização de seu cumprimento aplicando as sanções cabíveis ao seu descumprimento, são ações que fortaleceriam a política de preservação de áreas nativas já existente.

O fortalecimento do SNUC, através de incentivos fiscais ou com redução de impostos a empresas para a criação e manutenção de Unidades de Conservação, ficando a cargo das mesmas os recursos financeiros empregados na recuperação e manutenção dessas áreas, seria outra forte ferramenta para se chegar ao cenário almejado, como já mencionado o projeto de lei nº 1.548 de 2015, que fortalece o que já existe na atual legislação e objetiva tornar mais atraente aos proprietários em geral a criação dessas reservas.

Além de tornar a criação de RPPNs mais vantajosa aos proprietários de terras, o projeto de lei em questão altera a classificação da RPPN de Uso Sustentável para Proteção Integral, acrescentando maior fator de proteção a mesma. O projeto de lei também permite a criação de RPPN em área urbana, autoriza dedução em dobro do imposto de renda daquilo que for gasto em RPPN, dá prioridade na obtenção de crédito agrícola a proprietários de RPPN, incentiva a pesquisa em RPPNs, cria fundo de incentivo à RPPNs e permite a instalação de viveiro de mudas (Brasil, 2015).

### **5. Implementação**

#### **5.1. Estratégias empresariais**

Os recursos florestais possuem diversos usos, entre eles, o setor de papel e celulose tem considerável impacto sobre esses recursos. O papel começou a ser fabricado no Brasil em 1809, e segundo dados do UN COMTRADE, somente em 2015 mais de 12 milhões de toneladas de papel e celulose foram exportados pelo Brasil.

As indústrias de papel e celulose no Brasil utilizam matéria prima proveniente das chamadas florestas plantadas, que segundo publicação do CNI (2012) são:

“[...]Recursos renováveis que fornecem matéria prima reciclável para a fabricação de diferentes tipos de papel e centenas de outros produtos, ao mesmo tempo em que protegem a biodiversidade, conservam o solo e a água e combatem as mudanças climáticas, por meio da captura de carbono. No âmbito social, geram emprego e renda nas comunidades nas quais a indústria atua, contribuindo com as economias locais, estaduais e federais” (CNI, 2012, p. 11).

Muito já foi feito em termos tecnológicos e de processo para a redução de emissões no setor de papel e celulose, como é o caso do uso das florestas plantadas como substituição a novos desmatamentos, porém é necessário dar continuidade a redução.

Além das florestas plantadas para produção de matéria prima, que correspondem a 1,55% das florestas brasileiras (SFB, 2013), algumas empresas de papel e celulose tem mantido Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), que tem como principal objetivo, segundo o Decreto Nº 5.746 de 2006, conservar a diversidade biológica. Entretanto, elas cada vez mais assumem vários outros serviços ambientais, entre eles a manutenção de equilíbrios ecológicos e de balanço de carbono, influenciando positivamente no combate as mudanças climáticas (WWF,2016).

A Suzano Papel e Celulose, segunda maior produtora de celulose de eucalipto do mundo e líder no mercado de papel da América Latina, considera em todas as suas decisões o compromisso com o meio ambiente e a sociedade (Suzano Papel e Celulose, 2016).

A Suzano detém um total de 1,06 milhão de hectares, dos quais 519 mil hectares correspondem a áreas de plantio e 463 mil hectares correspondem a área de preservação, sendo que mais de 36 mil hectares dessa área correspondem a 28 Florestas de Alto Valor de Conservação (FAVC) mantidas, com monitoramento contínuo, pela empresa. A empresa também atua na recuperação e conservação das áreas de preservação permanente e reserva legal existentes em suas propriedades (Suzano Papel e Celulose, 2014).

No que diz respeito à biodiversidade, a Suzano realiza plantio em mosaico, que intercala áreas de plantio de eucalipto com vegetação nativa, destinando cerca de 30% de suas áreas para conservação ambiental. Corredores ecológicos entre as áreas de plantio interligam as áreas de conservação com matas nativas, permitindo a livre circulação da fauna, amenizando os efeitos de fragmentação das florestas. Anualmente é realizado um monitoramento da hidrologia, flora, avifauna e mastofauna nas áreas de plantio (Suzano Papel e Celulose, 2015). Segundo Silva (2016, informação verbal), a grande maioria das florestas nativas da Suzano é destinada apenas à conservação, e apenas em algumas comunidades situadas nas imediações das propriedades da Empresa no Maranhão existem projetos sociais de extrativismo sustentável com objetivo de subsistência, geração de renda e desenvolvimento local.<sup>1</sup>

No ano de 2014 a Suzano firmou dois compromissos ambientais, o primeiro trata-se de um compromisso assumido por meio de Termos de Ajustamento de Conduta para a restauração de mais de 5 mil hectares no Estado de São Paulo até 2019, dos quais até 2015 já haviam sido restaurados 923,52 ha<sup>2</sup>. O segundo compromisso aconteceu em parceria com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, por meio da assinatura do Protocolo Agroambiental do Setor Florestal, que estabelece a adoção de boas práticas de manejo florestal e busca estimular a cooperação entre empresa e governo (Suzano Papel e Celulose, 2014).

A Suzano adota iniciativas, no âmbito da empresa, afim de melhorar a resiliência às mudanças do clima. Entre tais iniciativas adotam práticas agronômicas e silvicultoras

---

<sup>1</sup> SILVA, M. F. C. Questionário sobre áreas protegidas e contribuição na redução de emissões encaminhado a Suzano Papel e Celulose em junho/2016.

<sup>2</sup> Idem 2.

avançadas, como o plantio em mosaico. A Suzano quantifica hoje apenas as remoções de carbono pelo reflorestamento comercial, ou seja, pelos mais de 560 mil hectares de florestas plantadas em todo o Brasil, que juntas foram responsáveis, apenas em 2015, pela captura de mais de 18 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>. Apesar disso, a empresa não detém nenhuma meta de redução das emissões de GEE.<sup>3</sup>

A conservação dos remanescentes florestais é um compromisso da Suzano e norteia seus objetivos quanto à manutenção da biodiversidade e a progressiva adoção de práticas que visam melhorar as condições para o desenvolvimento vegetal, reduzir os impactos no solo e preservar os recursos hídricos.

A Suzano é a criadora e principal mantenedora, desde 1999, do Instituto Ecofuturo, uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), que atua na expansão da consciência socioambiental, construindo e fortalecendo valores universais, como a conservação do meio ambiente e o acesso ao conhecimento. Um dos programas que vem sendo desenvolvido pelo instituto é o Parque das Neblinas, que consiste em uma antiga área de produção florestal da Suzano Papel e Celulose de 6.100 hectares de Mata Atlântica, localizada ao lado do Parque Estadual da Serra do Mar em Bertioga/SP (Suzano Papel e Celulose, 2015).

O Parque das Neblinas protege importantes remanescentes florestais, conserva a bacia do Rio Itatinga, promove a restauração ambiental utilizando estratégias de desenvolvimento social e somando esforços para a conservação da Mata Atlântica, sendo reconhecida como Reserva Privada de Uso Sustentável e declarado patrimônio da Humanidade pela Unesco, como parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (Suzano Papel e Celulose, 2015).

No interior do Parque das Neblinas é mantida a RPPN Ecofuturo, com área de 518, 50 hectares, correspondendo a 17,86% do território do parque (SMA, 2009). A RPPN Ecofuturo tem como objetivo a valorização de remanescentes florestais e conservação de espécies ameaçadas. São desenvolvidos pesquisas científicas a respeito do levantamento da biodiversidade, contando com parcerias de universidades, além da realização de visitas monitoradas no interior da reserva, com o intuito de educar ambientalmente.

No ano de 2008, a Suzano criou sua primeira RPPN no bioma Cerrado, localizada na Fazenda Entre Rios (6.262,85 ha) e reconhecida como Reserva Particular do Patrimônio Natural pela Resolução SMA 41 de 19/05/2010, a RPPN Entre Rios dispõe de uma área de 302,97 hectares (5% da área da fazenda) de Cerrado e Floresta Estacional Semidecidual, localizada entre os municípios de Bofete e Angatuba, faz parte do complexo da APA Corumbataí-Botucatu-Tejupá, destinada à proteção de remanescentes de Cerrado e Mata Atlântica, distribuídos em uma área de mais de 218.000 ha (Suzano Papel e Celulose, 2013 e 2015).

A RPPN Entre Rios está situada em uma antiga área de cultura de café que se encontra sob os cuidados e restauração da Suzano desde a década de 1970 (Suzano Papel e Celulose, 2013). Em razão dos requisitos da certificação FSC, a RPPN Entre Rios também passa a ser reconhecida como Floresta de Alto Valor de Conservação – FAVC, reforçando sua importância na estratégia regional de conservação de valores ambientais e culturais.<sup>4</sup>

O objetivo geral de manejo das RPPNs Entre Rios e Ecofuturo é a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica, possibilitando a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental com as comunidades de convivência.<sup>5</sup>

Além das RPPNs e dos compromissos firmados pela Suzano no Estado de São Paulo, a empresa identificou, na unidade florestal da BA, através de imagens de satélite de alta

---

<sup>3</sup> Idem 2.

<sup>4</sup> Idem 2.

<sup>5</sup> Idem 2.

resolução, um passivo ambiental que totaliza 11.938 ha de áreas a serem restauradas. A meta da Empresa é restaurar toda essa área até 2032.<sup>6</sup>

A Suzano Papel e Celulose também é membro da Coalizão Brasil Clima, que busca engajamento transparente entre ONGs e organizações do setor produtivo para implementar propostas claras e concretas a fim de ampliar a escala das saídas para a descarbonização da economia, o avanço nas agendas de clima, agropecuária e florestal do governo e impulsionar o Brasil como protagonista na liderança global da economia sustentável. O grupo tem por objetivo priorizar e marcar 17 “gols” já definidos, até o final de 2016, em relação à agenda de baixo carbono, dentre esses “gols” merecem destaque no setor florestal: a transparência das informações contidas no CAR de modo que se possa identificar os gargalos para o cumprimento das NDSs; a transparência das informações sobre comercialização de madeira no Brasil com o objetivo de inibir o comércio de madeira ilegal e de maneira a proteger e reconhecer as organizações que conduzem o manejo florestal sustentável; elaboração de procedimentos que traduzam de forma clara o Código Florestal em um plano de ações para o seu cumprimento; inclusão do setor de florestas plantadas na estratégia de mecanismos de mercado de REDD+; criação de um mecanismo global de pagamento anual pelos serviços ecossistêmicos de diversos biomas.<sup>7</sup>

## 5.2. Custos de implementação das estratégias

Como já apresentado nesse estudo são estimados entre 30 a 50 bilhões de reais os custos necessários para reflorestar 12 milhões de hectares estipulados pelo Brasil em sua NDC (Campanili, 2016).

A Suzano investiu, apenas no ano de 2015, dentre manutenção e monitoramento de fauna e flora das RPPNs Entre Rios e Ecofuturo, cerca de 350 mil reais. A empresa não divulgou dados a respeito de custos de implantação.<sup>8</sup>

## 6. Monitoramento dos resultados e impactos

### 6.1. Métricas para o monitoramento dos resultados e impactos

Para a preservação de uma área de patrimônio natural é essencial que se conheça e acompanhe no tempo e espaço todas as pressões, impactos e processos que envolvem a área e, através de pesquisa científica e do monitoramento consolida-se esse conhecimento fundamental para subsidiar as ações de manejo efetivas nas Unidades de Conservação (Suzano Papel e Celulose, 2013).

A RPPN Entre Rios, mantida pela Suzano Papel e Celulose, possui um Programa de Pesquisa e Monitoramento que foi estruturado “a partir da identificação de lacunas de conhecimento em diferentes áreas do saber e das demandas a serem atendidas sobre o conhecimento e conservação da área” (Suzano Papel e Celulose, 2013).

O Programa de Pesquisa e Monitoramento estabelece temas prioritários para o desenvolvimento de pesquisa na RPPN, as quais devem estar atualizadas e manter caráter público de acesso a informação, divulgando resultados constantemente para comunidade do entorno e parceiros (Suzano Papel e Celulose, 2013).

Em relação à Vegetação, os temas de pesquisa abordados são (Suzano Papel e Celulose, 2013, p. 421):

- “Estudos sobre a ecologia e monitoramento das populações de espécies invasoras, especialmente *Pteridium aquilinum* (Samanbaidão), *Pinus sp* (Pinheiro-americano), *Brachiaria decumbens* (Braquiária) e bambus. ”

---

<sup>6</sup> Idem 2.

<sup>7</sup> Idem 2.

<sup>8</sup> Idem 2.

- “Estudos sobre os processos de sucessão ecológica em áreas de transição entre fisionomias de cerrado e floresta estacional semidecídua.”
- “Estudos sobre os processos de restauração da vegetação em áreas impactadas.”
- “Estudo sobre os estados herbáceos e subarbustivo em áreas ocupadas por cerrado ralo e cerrado típico.”

Outros temas se relacionam com monitoramento de fauna, meio físico, meio antrópico, visitação, controle e combate a incêndios, monitoramento e fiscalização da caça e exploração dos Recursos Naturais.

A RPPN Ecofuturo também realiza trabalhos de monitoramento de fauna e flora, através de parcerias com universidades, que realizam trabalhos de levantamento de espécies e monitoram a redução ou aumento das mesmas.

Em relação aos possíveis impactos causados pelas atividades empreendidas na RPPN, o seu Plano de Manejo prevê monitoramento das atividades de visitação em relação a quantidade de pessoas utilizando as trilhas e em relação às valas de drenagem que podem causar erosão no solo. Outros impactos analisados dizem respeito a introdução de espécies exóticas de fauna e flora, frequentemente monitoradas, que podem impactar negativamente as populações nativas. Para mitigar tais impactos é realizado, na RPPN Entre Rios, levantamento de indicadores, monitoramento, avaliação e ações de manejo (Suzano Papel e Celulose, 2013).

Por fim, como já mencionado, a Suzano mantém um total de 463 mil hectares entre áreas de preservação espalhadas por todo o Brasil, dos quais 821,47 ha são RPPNs criadas no estado de São Paulo. O valor total de áreas de preservação mantidas atualmente pela Suzano corresponde a cerca de 4% da métrica estipulada pelo Brasil em sua NDC, enquanto as RPPNs mantidas pela empresa representam cerca de 0,007 %.

## 6.2. Certificação

A Suzano possui um amplo escopo de certificações, responsáveis, entre outras coisas, por certificar sistemas, dados e informações prestadas pela empresa em todos os seus escopos. Entre as certificações da empresa estão:

- Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE): O ISE é uma ferramenta para análise comparativa entre a performance de empresas listadas na BM&BOVESPA sob o aspecto da sustentabilidade corporativa baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa (FGV, 2016). A Suzano integrou a carteira do ISE da Bolsa de Valores de São Paulo durante 8 anos consecutivos entre 2005 e 2012. As informações a respeito do porque o Grupo Suzano não faz mais parte da carteira do ISE são confidenciais e, portanto, não foi possível obtê-las. A principal crítica feita a respeito do índice relaciona-se com a falta de verificação externa do mesmo, baseando-se apenas em dados fornecidos pela empresa.
- ISO 14001: Norma reconhecida internacionalmente que define as práticas para o estabelecimento de um efetivo Sistema de Gestão Ambiental. Tem o objetivo de criar equilíbrio entre a rentabilidade do negócio e o impacto ambiental, com o comprometimento de toda a organização. A unidade visitada da Suzano é certificada na ISO 14001 e verificada anualmente através de auditoria externa com a finalidade de manutenção da certificação.
- Cerflor: Programa Brasileiro de Certificação Florestal, certifica o manejo florestal e a cadeia de custódia, de acordo com o atendimento dos critérios e indicadores estabelecidos pela ABNT e integradas ao Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade e ao Inmetro, é a certificação nacional correspondente a Forest Stewardship Council e possui verificação externa.

- Forest Stewardship Council®: Processo voluntário que inclui a avaliação de um empreendimento florestal por uma organização independente e a verificação dos cumprimentos de questões ambientais, econômicas e sociais que integram os princípios e critérios do FSC. O FSC auditora toda a cadeia de produção da Suzano, incluindo os relatórios que transmitem informações ao público, como os relatórios de sustentabilidade e Planos de manejo das RPPNs.
- Carbon Reduction Label: Selo concedido pela instituição britânica Carbon Trust aos produtos que possuem Pegada de Carbono quantificada e verificada. Impõe o comprometimento em reduzir as Pegadas de Carbono dos produtos certificados a cada dois anos. O selo é fornecido após verificação externa da pegada de carbono dos produtos calculada e compensada pela empresa.

(Suzano Papel e Celulose, 2011)

Além das verificações externas realizadas pela maior parte das certificações que a Suzano possui, a mesma contrata uma empresa de auditoria externa (Bureau Veritas) para realizar verificação independente do seu Relatório de Sustentabilidade e do seu Plano de manejo Florestal, abrangendo avaliação de conteúdo, qualidade e limite dos mesmos. Alguns relatórios são disponibilizados para acesso público na página eletrônica da empresa de auditoria.

## **7. Conclusões e recomendações**

O presente trabalho buscou apresentar as metas estipuladas pelo Brasil em relação à proteção e recuperação de florestas nativas no país, bem como mostrar a importância de articulações para que essas metas sejam atingidas.

Apesar de existirem dados mostrando que o Brasil reduziu seu desmatamento durante um certo período, outras fontes mostram que essa redução no desmatamento não é constante e pode não ocorrer em todo o território brasileiro, o que insere uma incerteza quanto ao atingimento das metas estabelecidas pelo país. Após análise das forças propulsoras e restritivas, no que tange o atingimento da situação almejada, pode-se concluir que são necessários ainda mais esforços dos setores público e privado para que as metas estabelecidas possam ser alcançadas.

O desmatamento contribui de forma significativa com as mudanças climáticas e com a perda de diversos serviços ecossistêmicos, e o setor da indústria de produtos florestais tem grande impacto tanto sobre a redução quanto sobre a recuperação florestal, sendo o setor de papel e celulose o mais significativo em termos de área ocupada. Algumas empresas do setor de papel e celulose, como a Suzano, mantém além de suas florestas plantadas para retirada de matéria prima, grandes áreas de preservação de espécies nativas, entre APPs, RPPNs, FAVCs, Corredores ecológicos entre seus plantios, entre outros.

Apesar da representatividade das reservas nativas mantidas pela Suzano Papel e Celulose diante da métrica brasileira parecer pequena, outras empresas no setor têm se articulado cada dia mais com a preservação de áreas nativas em conjunto com as florestas plantadas, assim como já citado, a Suzano também conta com diversos outros projetos de recuperação florestal em andamento, como os mais de 11 mil ha na unidade florestal da BA.

Outro ponto importante a ser ressaltado são as articulações governamentais que buscam aumentar os incentivos à preservação de áreas florestais em propriedades particulares, como é o caso do projeto de lei que propõe alterações no SNUC, e do CAR instituído pelo Código Florestal Brasileiro, isso demonstra a importância de articulações entre os setores público, privado e o terceiro setor diante da necessidade de restaurar e recuperar florestas no país.

## 8. Referências

BRASIL. Contribuição Nacionalmente Determinada para consecução do objetivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. República Federativa do Brasil, 2016.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000.

BRASIL. Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012.

BRASIL. Projeto de lei 1548 de 2015. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1334461&filename=PL+1548/2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1334461&filename=PL+1548/2015)>. Acesso em: 19.06.2016.

CAMPANILI, M. Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura quer calcular custos da economia de baixo carbono no Brasil. Instituto Escolhas. Disponível em:<<http://www.escolhas.org/#!Coaliz%C3%A3o-Brasil-Clima-Florestas-e-Agricultura-quer-calculer-custos-da-economia-de-baixo-carbono-no-Brasil/reyno/570427910cf2c53596aa2489>>. Acesso em: 05.07.2016.

CHAZDON et al. Carbon Sequestration potential of second-growth forest regeneration in the Latin American tropics. Science Advances. Vol. 2. n 5. 2016

CNI. Florestas plantadas: oportunidades e desafios da indústria brasileira de celulose e papel no caminho da sustentabilidade / Confederação Nacional da Indústria. Associação Brasileira de Celulose e Papel. – Brasília: CNI, 2012.

FAO. Sustainable forest management. FAO: Roma, Itália, 2016. Disponível em: <<http://www.fao.org/forestry/sfm/en/>>. Acesso em: 10.06.2016.

FAO. Global forest resources assessment 2010. FAO: Roma, Itália, 2015.

FAO. FAO Statistical Pocketbook 2015. FAO: Roma, Itália, 2015.

FGV. O que é o ISE. Disponível em: <<http://isebvmf.com.br/?r=site/conteudo&id=1>>. Acesso em: 06.07.2016.

INPE. PRODES estima 5.831 km<sup>2</sup> de desmatamento na Amazônia em 2015. 2015. Disponível em: <[http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod\\_Noticia=4058](http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=4058)>. Acesso em: 19.06.2016.

IPCC. Climate Change 2014: Mitigation of Climate Change. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA, 2014.

METZGER, J. P.; LEWINSOHN, T. Código do desflorestamento. O Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,codigo-do-desflorestamento,569085>>. Acesso em: 05.07.2016.

SFB. (2009). Florestas do Brasil em resumo. Brasília: SFB. 2009.

SFB. (2010). Florestas do Brasil em resumo. Brasília: SFB. 2010.

SFB. (2013). Florestas do Brasil em resumo - 2013. Brasília: SFB. 2013.

SMA. Resolução SMA-020 de 06 de abril de 2009. Disponível em: <[http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/resolucao/2009/2009\\_res\\_est\\_sma\\_20.pdf](http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/resolucao/2009/2009_res_est_sma_20.pdf)>. Acesso em: 19.06.2016.

SOS Mata Atlântica. Restauração Florestal. 2014. Disponível em: <<https://www.sosma.org.br/projeto/clickarvore/o-que-fazemos/restauracao-florestal/>>. Acesso em: 10.06.2016.

Suzano Papel e Celulose. Certificações. Disponível em: <<http://www.suzano.com.br/portal/suzano-papel-e-celulose/certificacoes-1.htm>>. Acesso em: 07.07.2016.

Suzano Papel e Celulose. Quem somos. 2016. Disponível em: <<http://www.suzano.com.br/portal/suzano-papel-e-celulose/quem-somos.htm>>. Acesso em: 01.06.2016.

Suzano Papel e Celulose. Plano de Manejo da RPPN entre rios. 2013.

Suzano Papel e Celulose. Plano de Manejo Florestal. UNF-SP 2015.

Suzano Papel e Celulose. Relatório de Sustentabilidade. 2014

ONU. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2015.

UNEP. Ecosystems and Their Services. In: Ecosystems and Human Well-being: A Framework for Assessment. 2005. Disponível em: <[http://www.unep.org/maweb/documents/document\\_300.aspx.pdf](http://www.unep.org/maweb/documents/document_300.aspx.pdf)>. Acesso em: 10.06.2016.

WWF. O que é uma RPPN? Disponível em: <[http://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/questoes\\_ambientais/o\\_que\\_rppn/](http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/o_que_rppn/)>. Acesso em: 10.05.2016.

WWF. Drones: novo caminho para a conservação ambiental. 2015. Disponível em: <[http://www.wwf.org.br/informacoes/noticias\\_meio\\_ambiente\\_e\\_natureza/?uNewsID=46782#](http://www.wwf.org.br/informacoes/noticias_meio_ambiente_e_natureza/?uNewsID=46782#)>. Acesso em: 19.06.2016.